

# Um outro Lago Norte

André Garcia,  
Paola Lima e  
Rovênia Amorim  
Da equipe do **Correio**

O Governo do Distrito Federal quer aprovar na terça-feira projeto de lei que permite a construção de um prédio residencial de até seis andares em pleno Lago Norte. A proposta altera a destinação de um lote de 3.716 m<sup>2</sup> no Centro de Atividades nº 6, próximo à Administração Regional. O local, onde deveria ser construída uma escola, poderá abrigar uma edificação de até 16 metros de altura. O projeto prevê outra mudança: estende a permissão para construção de prédios comerciais da mesma altura a outros 192 lotes na região.

Na avaliação de especialistas e deputados distritais de oposição, a proposta encaminhada pelo executivo abre uma brecha para provocar modificações profundas no desenho urbano do Lago Norte. Com a mudança de destinação de um lote para uso residencial, as demais 192 áreas podem sofrer a mesma alteração. "Essa é a primeira possibilidade para o aparecimento de habitação coletiva na Península Norte", afirma a arquiteta Tânia Battella, coordenadora da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/DF).

O projeto de lei também compromete a qualidade de vida no Lago Norte. O arquiteto Sérgio Brandão, representante do IAB-DF no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do DF (Crea-DF), prevê problemas para a comunidade local caso o projeto seja aprovado. "Esses locais vão abrigar o dobro de pessoas. Isso terá reflexos sobre o trânsito, estaçõesamentos, redes de esgotos."

Os especialistas temem, inclusive, que a expansão urbana acabe por sobrecarregar os equipamentos urbanos e os serviços públicos no Plano Piloto. "O primeiro soco com a aprovação do projeto seria nos moradores do bairro que perderiam qualidade

Carlos Moura



EM MAIS UM PROJETO QUE MUDA DESTINAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, GOVERNO PERMITE CONSTRUÇÕES DE ATÉ SEIS PAVIMENTOS NO LAGO NORTE

de vida. Por isso, devem levantar a bandeira, antes que vá tudo para o brejo. Mas a população do Plano Piloto seria atingida depois, no segundo soco", avalia o arquiteto Carlos Magalhães, representante, em Brasília, do escritório de Oscar Niemeyer.

A comunidade do Lago Norte já se prepara para combater a proposta na próxima terça-feira na Câmara Legislativa. Para a prefeita da Península Norte, Cybele Lunkes, a construção de prédios residenciais em áreas de comércio provocará inchaço na região. "O projeto original do Lago Norte não prevê essa alteração", ressalta. A prefeita começará hoje mesmo a distri-

buir panfletos alertando a comunidade dos riscos de aprovação da lei.

## REPRESENTAÇÃO

Para o deputado distrital Wasny de Roure (PT), o governo não fez estudos detalhados antes de encaminhar a proposta que modifica as normas urbanísticas do Lago Norte. Ele reclama, ainda, da falta de discussão com moradores do bairro. Como o Lago Norte faz parte do cinturão que protege a área tombada de Brasília, qualquer alteração de gabarito pode interferir na preservação da cidade.

Wasny pretende entrar com representação no Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios, na próxima semana, para alertar sobre a chance de crescimento populacional desordenado do Lago Norte. E sobre os riscos que isso acarretará na preservação do tombamento de Brasília.

O distrital também quer saber como o governo cobrará a chamada outorga onerosa — diferença de valorização do lote quando há alteração de uso, a ser paga pelos donos dos terrenos modificados ao governo. A outorga onerosa vale também quando há aumento do potencial construtivo do terreno.

A discussão em torno do projeto não abalou os governistas. "As

conversas com moradores e técnicos de planejamento urbano do governo começaram há cinco anos", garante o líder do governo na Câmara, Edimar Pireneus (PMDB). "Não há nada demais no projeto. A proposta é apenas dar uma destinação mais homogênea aos centros de atividades (áreas comerciais)", justifica.

Diante das críticas, no entanto, Pireneus disse aceitar emendas ao projeto. "Mas ele será colocado em votação na terça-feira. Se as emendas não chegarem até lá, o projeto vai ser aprovado como está", avisou o deputado, que pretende lançar mão da maioria governista para transformar o projeto em lei.

## MEMÓRIA

### Protesto evitou fim de parque

Não é a primeira vez que o governador Joaquim Roriz tenta mudar a paisagem do Lago Norte e permitir a construção de mais residências no bairro. No início do ano, ele sancionou uma lei que extinguiu o Parque Vivencial do Lago Norte para criar um Setor Habitacional em seu lugar.

Na época, o governador ignorou até os alertas feitos pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de que a construção de casas e prédios no local seria fatal para a bacia do Lago Paranoá. O projeto foi aprovado pela Câmara Legislativa em dezembro do ano passado.

Roriz só voltou atrás e anulou a lei por causa da pressão da comunidade do Lago Norte. Moradores chegaram a recolher assinaturas contra o projeto e exigiram uma reunião com o governador para discutir o assunto.

A comunidade do Lago Norte quase não pôde entrar na reunião. O auditório do colégio Cecap na QI 9 foi ocupado por moradores do Varjão, levados em três ônibus. Mas, depois muito protesto e vaia, arrancaram de Roriz a promessa de anulação da lei.